



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO AMBIENTE ACADÊMICO: ADAPTAÇÃO
DE ESCALA NA PERSPECTIVA DA TEORIA DA AÇÃO PLANEJADA**

JESANA PRISCILA MENDES DA SILVA

Maceió

2023

JESANA PRISCILA MENDES DA SILVA

**VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO AMBIENTE ACADÊMICO: ADAPTAÇÃO
DE ESCALA NA PERSPECTIVA DA TEORIA DA AÇÃO PLANEJADA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do título de Bacharel com Formação em Psicologia.

Orientador(a): Prof.^a Dra. Sheyla Christine Santos Fernandes.
Co-orientador(a): Prof.^a Ma. Joice Franciele Fredrich Almansa.

Maceió

2023

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO AMBIENTE ACADÊMICO: ADAPTAÇÃO DE ESCALA NA PERSPECTIVA DA TEORIA DA AÇÃO PLANEJADA

Jesana Priscila Mendes da Silva

Sheyla Fernandes, Universidade Federal de Alagoas

Joice Almansa, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO

O contexto universitário, compreendido como referência de incentivo ao pensamento plural e crítico, por consequência de sua inserção em uma sociedade historicamente estruturada no estigma e exclusão das mulheres, também reproduz desigualdade, discriminações e violência contra a mulher. O objetivo desse estudo é adaptar a Escala de Resposta ao Cyber-hate no Facebook (2021) para a temática violência contra mulher no ambiente acadêmico, com base na Teoria da Ação Planejada (TAP). O instrumento composto por 32 itens passou pelas seguintes etapas de análise: (1) análise semântica; (2) avaliação por juízes e (3) estudo piloto. Após essas etapas, os itens da escala foram considerados compreensíveis e adequados para compor a versão final. A escala adaptada contribui para ampliação de instrumentos psicológicos nesse ambiente e também pode colaborar no combate à violência contra mulher.

Palavras-chave: Mulher; Violência; Escala; Ambiente Acadêmico; Teoria da Ação Planejada

ABSTRACT

The university context, understood as a reference to encourage plural and critical thinking, as a result of its insertion in a society historically structured on the stigma and women exclusion, also reproduces inequality, discrimination and violence against them. The objective of this study is adapt the Cyber-hate Response Scale on Facebook (2021) to the theme of violence against women in the academic environment, based on the Theory of Planned Action (TPA). The instrument is composed of 32 items went through the following analysis stages: (1) semantic analysis; (2) evaluation by judges and (3) pilot study. After these steps, the scale items were considered understandable and suitable to compose the final version. The adapted scale contributes to the expansion of psychological instruments in this environment and can contribute to combating violence against women.

Keywords: Woman; Violence; Scale; Academic Environment; Theory of Planned Action

INTRODUÇÃO

Há décadas as mulheres se empenham em acessar o ensino superior e centros de pesquisa pelo mundo, promovendo discussões acerca de ocupar o legítimo lugar de produtoras de conhecimento (ALMEIDA; ZANELLO, 2022). As universidades já foram espaços exclusivamente masculinos, sendo a ciência, utilizada para justificar a exclusão das mulheres na construção de saber, no desenvolvimento tecnológico e em estar nesse ambiente de poder (ALMEIDA; ZANELLO, 2022).

Nos anos 1970, através do movimento feminista com a formulação de epistemologias e críticas à ciência, as formas de organização e obtenção da verdade científica foram confrontadas, fortalecendo a igualdade de gênero (ALMEIDA; ZANELLO, 2022; BANDEIRA, 2014). De acordo com Bandeira (2014), gênero se refere às definições sobre feminilidade e masculinidade socialmente aceitas e dominantes e os papéis exercidos nos espaços públicos ou privados de acordo com estas.

Segundo Corradi (2009), uma das compreensões sobre violência, é a que ela denomina de concepção modernista: uma força social plena de sentidos capaz de estruturar a realidade. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002), violência é definida como o uso da força ou poder de forma intencional com objetivo de ameaça contra outras pessoas ou a si mesmo(a), que pode ocasionar lesão, dano psíquico, alterações no desenvolvimento, privações e morte.

Na violência de gênero, considera-se as diferentes posições sociais que homens e mulheres estão implicadas na sociedade, relações assimétricas de poder que possibilitam ações violentas (BANDEIRA, 2014; DEEKE et al., 2009). Em uma cultura que o homem exerce poder e controle sobre a mulher, essa desigualdade produz exclusão social interseccionada com marcadores de classe, raça e etnia (LIMA; CEIA, 2022; BANDEIRA, 2017). As diversas formas de violência não se restringem à esfera familiar ou doméstica, mulheres também sofrem esses atos em espaços públicos, como em ambientes acadêmicos e profissionais (LIMA; CEIA, 2022).

Como instituições sociais, as universidades não estão isentas dessa realidade, mulheres vítimas de violência nesse espaço é um fenômeno comum (LIMA; CEIA, 2022). O meio universitário, compreendido como referência de incentivo ao pensamento plural e crítico, por consequência de sua inserção em uma sociedade historicamente estruturada no estigma e exclusão das mulheres, também reproduz desigualdade, discriminações e violência contra à mulher (LIMA; CEIA, 2022).

Mulheres discentes, docentes, servidoras e trabalhadoras terceirizadas enfrentam várias formas de violência psicológica, física e sexual nos diversos ambientes acadêmicos, como as salas de aula, alojamentos, laboratórios, festas dentro do campus, redes sociais online, entre outros. Alguns exemplos de violências executadas por homens contra mulheres nesses espaços, sendo membros da comunidade acadêmica ou não, são os assédios, trotes violentos, estupros e desqualificação intelectual (LIMA; CEIA, 2022; ALMEIDA, 2017). Há casos em que as consequências negativas da violência estão para além de prejuízos à formação acadêmica e/ou profissional e danos à saúde mental da mulher, resultam na morte da vítima (ALMEIDA, 2017).

A maioria das denúncias de casos de violência contra mulher no contexto acadêmico não acontecem de maneira formal na polícia ou um processo judicial, sendo assim, limitando as possibilidades de enfrentamento dessas violências nesse ambiente (GAMA; BALDISSERA, 2022). Algumas universidades produzem cartilhas referente ao tema, em geral acerca do apoio que as mulheres vítimas podem obter fora desse contexto acadêmico (na polícia, na justiça, em hospitais etc.). Apesar da existência das cartilhas, há desconhecimento de tais materiais (GAMA; BALDISSERA, 2022). Ademais, não se sabe o que a universidade pode ou deve fazer para enfrentar os casos de violência contra mulher entre membros da comunidade acadêmica dentro dos campi ou fora (GAMA; BALDISSERA, 2022).

As universidades atualmente no Brasil são ocupadas por diversas mulheres, em sua maioria estudantes de cursos de graduação (ALMEIDA, 2017), em vista disso, como as mulheres graduandas reagem diante da violência dirigida a elas no espaço universitário? Portanto, o objetivo desse estudo é adaptar a Escala de Resposta ao Cyber-hate no Facebook (2021) para a temática violência contra mulher no ambiente acadêmico, com base na Teoria da Ação Planejada (TAP).

A TAP busca compreender como ocorre a intenção comportamental pela qual se originam as ações (AJZEN; FISHBEIN, 2005), sendo assim, conhecendo as crenças é possível prever e explicar comportamentos por meio de associações causais (FISHBEIN; AJZEN, 2011). Três construtos são usados para explicar e prever os comportamentos: as crenças comportamentais, compostas pelas atitudes acerca de um comportamento e sua emissão; as crenças normativas, que se referem a norma subjetiva, ou seja, à pressão social exercida para a realização de um comportamento; e as crenças de controle, relacionadas ao grau de controle percebido para executar uma ação (AJZEN, 1991; AJZEN; FISHBEIN, 2005; FISHBEIN; AJZEN, 2011; FERNANDES et al., 2021).

Há poucas pesquisas relacionadas às violências sofridas por mulheres nas universidades ou ambientes acadêmicos, boa parte dos estudos encontrados são sobre violência doméstica.

Ademais, não foram encontradas pesquisas que investiguem as reações dessas mulheres vítimas de violência no espaço acadêmico a partir da elaboração ou adaptação de uma escala, sendo assim, este estudo irá contribuir para o avanço de pesquisas sobre essa temática, a ampliação de instrumentos psicológicos, além disso, a possibilidade de colaborar posteriormente com políticas de combate à violência contra as mulheres dentro das universidades brasileiras.

Para alcançar o objetivo de adaptação do instrumento buscou-se seguir etapas, estas estão dispostas nesse estudo da seguinte forma: 1) apresentação da análise semântica dos itens realizada por meio de grupo focal; 2) evidências da validade da escala através do conteúdo, a partir da avaliação de juízes especialistas; 3) apresentação do estudo-piloto realizado para verificar a compreensão do instrumento pela população-alvo.

MÉTODOS

A pesquisa deste trabalho é de natureza quanti-qualitativa e com fundamentação teórica na Teoria da Ação Planejada (TAP) de Ajzen (1985). A caracterização do método misto combina a pesquisa qualitativa e quantitativa e pode contribuir para corroborar os resultados (GALVÃO; PLUYE; RICARTE, 2017). A pesquisa qualitativa considera a subjetividade dos(as) participantes e do(a) pesquisador, é uma abordagem que busca investigar as relações do sujeito e sua conexão com o mundo (MINEIRO; SILVA; FERREIRA, 2022). A caracterização de uma pesquisa quantitativa é a objetividade, a possibilidade de observação do fenômeno estudado e a realização de coleta de dados mensuráveis. Na psicologia, o(a) pesquisador(a) expressa sua particularidade na mensuração, além disso, essa abordagem metodológica quantitativa é uma das formas em que a realidade pode ser manifestada (SILVA, 2010).

Para validação de conteúdo de um instrumento são fundamentais os procedimentos teóricos, que abrangem as etapas de conceituação do construto, elaboração e análise dos itens (BORSA; SEIZE, 2017). No processo de construção ou adaptação de uma escala, etapas devem ser seguidas, mas, não há um consenso na literatura. Nesse sentido, os instrumentos são elaborados, adaptados e validados de formas diferentes (BORSA; SEIZE, 2017; PACICO, 2015). A proposta seguida nesse estudo é de acordo com Borsa, Damásio e Bandeira (2012), em que se considera a adaptação de um instrumento nacional existente, compreendendo sua adequação contextual e semântica. A escala original foi validada semanticamente e está na etapa de coleta de dados para validação fatorial e análise de índices de consistência interna.

Instrumento

Foi realizada a adaptação da Escala de Resposta ao *Cyber-hate* no Facebook (2021) com 32 itens, tipo *Likert* de cinco pontos, em que (1) significa “discordo totalmente” e (5) “concordo totalmente”. A Escala de Resposta ao *Cyber-hate* no Facebook foi construída pelo grupo de iniciação científica do projeto intitulado “Como explicar a expressão aberta do *cyber-hate*? Um estudo sobre crenças dos agressores x vítimas” (ANEXO A), do curso de psicologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

As pesquisadoras do presente estudo fazem parte do grupo de pesquisa de criação da escala, sendo esse o motivo da escolha para adaptá-la a essa temática e contexto. A escala é fundamentada na Teoria da Ação Planejada e foi elaborada para mensurar como as vítimas reagem ao *cyber-hate*, com questões separadas com base nos três construtos dessa teoria, sendo 10 relacionadas a crenças comportamentais, 10 referentes a crenças normativas e 12 concernentes a crenças de controle.

Procedimentos

Inicialmente, a Escala de Resposta ao *Cyber-hate* no Facebook foi adaptada para o contexto acadêmico se considerando possíveis violências sofridas por mulheres nesses espaços. Em seguida, houve a primeira validação semântica da escala adaptada com 10 estudantes mulheres matriculadas no primeiro período de psicologia da UFAL, para verificar se a amostra da população-alvo compreendeu os itens. Conforme a necessidade, as assertivas foram modificadas de acordo com as sugestões efetivadas na validação semântica.

Após essa etapa, a escala adaptada foi enviada para três juízes especialistas na temática para verificarem se cada assertiva estava adequada à proposta da escala desse estudo. A partir da avaliação dos(as) juízes, as sugestões de mudanças para alguns itens foram acatadas e, posteriormente, foi realizada uma segunda validação semântica com três mulheres que participaram da primeira, com a finalidade de averiguar a compreensão das assertivas após as modificações sugeridas por elas e pelos(as) juízes.

Seguidamente, realizou-se um estudo-piloto da escala através do Google Forms com sete mulheres graduandas matriculadas no décimo período de psicologia da UFAL, com o objetivo de analisar se houve dificuldade em compreender os itens, solicitar sugestões para tornar as assertivas mais compreensíveis e mensurar o tempo para responder a escala. De acordo com as sugestões das participantes, foram realizadas as modificações nos itens indicados.

No estudo-piloto, como forma de simular uma coleta de dados, a escala foi adicionada a plataforma Google Forms juntamente a um formulário sociodemográfico. Esta fase do processo tem como objetivo verificar se os itens, as instruções e a escala de resposta são compreensíveis para o público-alvo. Em outras palavras, esse procedimento visa investigar a clareza das instruções, a adequação dos termos utilizados nos itens, a correspondência das expressões com aquelas empregadas pelo grupo e outros aspectos relacionados. É fundamental destacar que, durante a avaliação pela população-alvo, ainda não são realizados procedimentos estatísticos, mas sim uma análise da adequação dos itens e da estrutura geral do instrumento (BORSA; DAMÁSIO; BANDEIRA, 2012), sendo assim, não foi necessário a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Etapas de adaptação da escala

A primeira etapa após a elaboração ou adaptação de uma escala psicológica é a avaliação qualitativa dos itens por especialistas do contexto, para analisar se as assertivas são representativas do instrumento. Ainda nessa etapa inicial, também é necessário a avaliação ou análise semântica pela população-alvo através de grupo focal, para verificar se os itens estão compreensíveis (BORSA; DAMÁSIO; BANDEIRA, 2012). Posteriormente, realiza-se o estudo-piloto, que se refere a uma aplicação prévia da escala em uma pequena amostra com as características da população-alvo, com a finalidade de avaliar as instruções para administração do instrumento, a dificuldade de compreensão dos itens e avaliar a adequação das assertivas em relação ao seu significado (BORSA; DAMÁSIO; BANDEIRA, 2012; GUDMUNDSSON, 2009).

Há dez critérios elaborados por Pasquali (1998) a serem observados na construção ou adaptação de itens de um instrumento psicológico para minimizar vieses. O critério da simplicidade, aponta a importância do item expressar uma única ideia, para evitar que a colocação de explicações ou justificativas confundam o(a) participante. O segundo critério é a clareza do item, ou seja, a necessidade de ser inteligível para todos(as), incluindo os sujeitos da população-alvo com menor escolaridade. Dessa forma, Pasquali (1998) orienta usar frases curtas e expressões simples que possam ser compreendidas com facilidade.

Etapa 1 - Adaptação dos itens da escala original

Os itens da escala original foram modificados para o novo tema e contexto, considerando a reação das mulheres e atentando para a forma que cada assertiva estava disposta, em vista disso, não foi preciso utilizar a literatura para a adaptação. Exemplificados pelas assertivas a seguir:

Item 13 da escala original - “Acredito que minhas amigas acadêmicas aprovariam que eu reagisse às ofensas nas redes sociais.”

Item 13 da escala adaptada – “Acredito que meus/minhas colegas da universidade aprovariam que eu reagisse à violência contra a mulher no ambiente acadêmico.”

Etapa 2 - Validação pelo grupo focal

A primeira análise semântica realizada apontou que 18,75% dos itens da escala não foram compreendidos devidamente, dessa maneira, seis assertivas foram modificadas de acordo com as sugestões das respondentes. Participaram dessa avaliação dez mulheres do primeiro período do curso de psicologia da UFAL, por considerar a menor escolaridade da população-alvo. As mudanças podem ser observadas na Quadro 1.

Quadro 1 - Itens modificados na primeira validação semântica

ITENS ADAPTADOS INICIALMENTE	ITENS ADAPTADOS APÓS PRIMEIRA VALIDAÇÃO SEMÂNTICA
1 - Eu acredito que reagir à violência contra a mulher no ambiente acadêmico nas redes sociais é dar visibilidade ao conteúdo do comentário.	1 - Eu acredito que reagir ao comentário com conteúdo de violência contra a mulher nas redes sociais usadas para comunicação no ambiente acadêmico é dar visibilidade ao conteúdo violento.
5 - Me sinto melhor quando reajo à violência dirigida a mim por ser mulher na universidade.	5 - Me sinto melhor quando reajo à violência dirigida a mim por ser mulher no ambiente universitário.
10 - Para mim reagir à violência contra a mulher no ambiente universitário é perder a postura.	10 - Para mim reagir à violência contra a mulher no ambiente universitário é perder as boas maneiras.
22 - Penso que o modo como as violências contra a mulher no espaço universitário são expostas facilita expressar reação.	22 - Penso que a forma como as violências contra a mulher no espaço universitário são expostas facilita expressar reação.
25 - Acho que a emoção que sinto no momento facilita com que eu reaja à violência contra a mulher na universidade.	25 - Acho que a emoção que sinto no momento facilita que eu reaja à violência contra a mulher na universidade.
29 - Acredito que se achar incapaz de reagir à violência sofrida por ser mulher na universidade, dificulta a realização desse comportamento.	29 - Acredito que se achar incapaz de reagir à violência sofrida por ser mulher na universidade, dificulta a realização da reação.

Etapa 3 – Análise de Juízes

Em seguida, a escala adaptada foi enviada para avaliação dos(as) juízes, que avaliaram clareza, relevância e adequação das afirmativas. Foi utilizado o método Índice de Validade de

Conteúdo (IVC) para medir a taxa de juizes que estão em concordância sobre a relevância/representatividade dos itens (ALEXANDRE; COLUCI, 2011). Dessa forma, foi apresentado IVC médio = 0,95, considerado um valor aceitável.

Sendo assim, foram realizadas modificações de três assertivas apontadas como “razoavelmente claro, relevante ou adequado”. No item “1” foi sugerido explicitar se a reação aos comentários seria nos perfis institucionais das redes sociais. Na assertiva “2”, foi indicada a necessidade de tornar o item mais inteligível. Na afirmativa “4”, houve dúvida se a vantagem concernia ao agressor ou a mulher vítima de violência ou em relação a outra razão. Diante disso, foram realizadas as alterações sugeridas pelos(as) juizes (Quadro 2).

Quadro 2 - Itens modificados após avaliação dos(as) juizes

ANTES DA AVALIAÇÃO DE JUÍZES	APÓS AVALIAÇÃO DE JUÍZES
1 - Eu acredito que reagir ao comentário com conteúdo de violência contra a mulher nas redes sociais usadas para comunicação no ambiente acadêmico é dar visibilidade ao conteúdo violento.	1 - Eu acredito que responder a comentários com conteúdo de violência contra a mulher nas redes sociais, utilizadas para comunicação no ambiente acadêmico, é uma forma de amplificar e dar visibilidade ao conteúdo violento.
2 - Para mim, reagir à violência contra a mulher no ambiente acadêmico nas redes sociais é mostrar a necessidade de construir políticas públicas eficazes no combate à violência contra mulher nesse espaço.	2 - Para mim, quando reagimos à violência contra as mulheres no ambiente acadêmico através das redes sociais, estamos destacando a importância de desenvolver políticas públicas eficazes para combater a violência contra a mulher nesse contexto específico.
4 - Para mim é uma vantagem retribuir de volta comentários violentos contra a mulher no ambiente acadêmico.	4 - Considero vantajoso retribuir de volta comentários violentos contra a mulher no ambiente acadêmico.

Etapa 4 - Segunda validação pelo grupo focal

Na segunda validação semântica realizada, verificou-se a compreensão adequada das participantes quanto aos sentidos atribuídos aos itens que não estavam claros na primeira análise. Com a escala adequada e compreensível pelas respondentes da validação semântica e pelos(as) juizes, foi realizado o estudo-piloto.

Etapa 5 - Estudo-piloto

O estudo-piloto contou com sete mulheres participantes, que sugeriram modificações em quatro itens da escala, portanto 12,50% das assertivas não estavam totalmente compreensíveis. Esses itens foram modificados de acordo com as sugestões das respondentes (Quadro 3).

Quadro 3 - Itens do instrumento após estudo-piloto

ITENS ADAPTADOS ANTES DO ESTUDO-PILOTO	ITENS ADAPTADOS APÓS ESTUDO-PILOTO
4 - Para mim é uma vantagem retribuir de volta comentários violentos contra a mulher no ambiente acadêmico.	4 - Considero vantajoso retribuir de volta comentários violentos contra a mulher no ambiente acadêmico.
15 - Penso que minhas amigas próximas teriam a mesma opinião em reagir à violência contra a mulher no ambiente acadêmico.	15 - Penso que minhas/meus amigas/os próximas/os teriam a mesma opinião que eu em reagir à violência contra a mulher no ambiente acadêmico.
19 - Para mim, pessoas próximas desaprovam se eu me envolvesse em situações de violência contra a mulher no espaço universitário.	19 - Acredito que pessoas próximas a mim não aprovam se eu reagisse a violência dirigida contra outra mulher no espaço universitário.
26 - Para evitar desgastes emocionais tenho dificuldades em reagir à violência contra a mulher no espaço universitário.	26 - O alto desgaste emocional que experimento dificultaria minha capacidade de reagir à violência contra mulheres no ambiente universitário.

Por fim, após essas alterações as assertivas foram consideradas inteligíveis pelas participantes do estudo-piloto, sendo assim, os 32 itens da escala adaptada foram considerados compreensíveis e adequados para compor a versão final da **Escala de Reação da Mulher Vítima de Violência no Ambiente Acadêmico** (APÊNDICE A).

Itens

O primeiro eixo com 10 assertivas, compreendeu as vantagens e desvantagens em reagir à violência contra mulher no ambiente acadêmico. Esses itens são referentes às Crenças Comportamentais: Item 3 - *“Penso que reagir à violência contra a mulher no ambiente universitário possibilita que o/a agressor/a seja punido/a, impedindo que ele/a continue violentando outras mulheres”*; Item 6 – *“Sinto que quando reajo à violência dirigida a mim por ser mulher no espaço acadêmico, me desgasto emocionalmente.”*

As crenças comportamentais precedem as atitudes, que se referem à avaliação de um objeto (AJZEN; FISHBEIN, 2000). Objeto pode se referir a pessoas, grupos, conceito, comportamento, entre outros (MOUTINHO; ROAZZI, 2010). Um sujeito pode avaliar pessoas ou grupos, conceitos, políticas e julgar se é favorável ou desfavorável, se gosta ou desgosta, se considera bom ou mau, se aprova ou desaprova. As atitudes são baseadas em informações sobre o objeto, ou seja, as crenças acerca do objeto interferem no comportamento, assim como, as atitudes podem ser influenciadas pelas emoções e o humor. A atitude é determinada pelos valores subjetivos ou avaliações dos atributos associados ao objeto, pois cada crença associa o objeto a um atributo (AJZEN; FISHBEIN, 2000).

Os itens que compõe o primeiro eixo da escala buscam investigar as vantagens ou desvantagens em reagir à violência no contexto acadêmico, dessa forma, questões como “*Penso que reagir à violência contra a mulher*” e “*Sinto que quando reajo à violência*”, convidam a respondente a fazer uma avaliação de um comportamento. Dessa maneira, quanto maior for a favorabilidade em relação ao objeto, também será maior a intenção em reagir. O diferencial semântico é uma forma usada com frequência para medir as atitudes (MOUTINHO; ROAZZI, 2010).

A violência implícita dificulta a mulher vítima de dar-se conta da nocividade, por exemplo, mulheres vítimas de assédio através de uma linguagem romântica frequentemente duvidam de sua percepção, expressando reações de medo, submissão e paralisia diante da violência sofrida. Em situações que o(a) assediador(a), além de sua posição de poder, tem uma relação de afeto com a mulher, como a de aluna-professor(a), se torna ainda mais difícil perceber a violência (ZANELLO; RICHWIN, 2022).

O assédio sexual em contexto acadêmico ainda é um tema pouco pesquisado no país, um dos poucos estudos realizados no Brasil foi conduzido pelo Instituto Avon no ano de 2015. Participaram da pesquisa 1823 estudantes universitários(as), 56% das mulheres relataram ter sofrido violência sexual nesse ambiente, apontando para a frequente ocorrência desse tipo de violência (ZANELLO; RICHWIN, 2022; INSTITUTO AVON/DATA POPULAR, 2015), porém, o assédio em muitos casos permanece oculto e as mulheres vítimas silenciadas (ZANELLO; RICHWIN, 2022; CRUZ et al, 2018; MINGO, 2020).

A descrença que a realização de uma denúncia geraria alguma resposta, é um dos motivos de raramente assédio moral ou sexual seja denunciado. Além disso, em casos de assédio moral, a mulher vítima tem temor que o(a) assediador(a) interfira no processo, e em situações de assédio sexual, julgam não ter provas suficientes e/ou testemunhas (GAMA; BALDISSERA, 2022).

O segundo eixo do instrumento, também com 10 afirmativas, é concernente à aprovação e desaprovação de pessoas próximas em reagir à violência contra mulher no ambiente acadêmico. Como mostram os itens 14 - “*Acho que meus familiares aprovariam que eu reagisse à violência contra a mulher no espaço universitário.*” e 15 - “*Penso que minhas/meus amigas/os próximas/os teriam a mesma opinião que eu em reagir à violência contra a mulher no ambiente acadêmico.*”

As crenças normativas antecedem as normas subjetivas, concernentes à percepção do sujeito acerca da pressão socialmente exercida sobre ele em incentivar ou não a realização de um comportamento. De acordo com a TAP, se as pessoas que o sujeito considera importante

aprovarem a execução de um comportamento, maior será a probabilidade de sua realização (AJZEN, 1991; MOUTINHO; ROAZZI, 2010). Para alguns indivíduos o melhor preditor da intenção comportamental são as atitudes, para outros são as normas subjetivas (AJZEN; FISHBEIN, 2005), mas a execução do comportamento não depende apenas destas, também há o controle percebido pela pessoa, que pode facilitar ou dificultar a realização da ação (AJZEN, 1991; MOUTINHO; ROAZZI, 2010).

O terceiro eixo, se refere às facilidades e dificuldades em reagir à violência contra mulher no ambiente acadêmico, e comporta 12 itens. Exemplificados pelas assertivas 24 – *“Muitos comentários violentos dirigidos a mim, por ser mulher, no ambiente universitário, acabam facilitando minha expressão de reação.”* e 25 - *“Acho que a emoção que sinto no momento facilita que eu reaja à violência contra a mulher na universidade.”* Os itens do último eixo do instrumento são relacionados às crenças de controle, e encontram-se palavras que apontam para o controle que a mulher percebe sobre uma situação de violência, que pode ajudá-la a decidir por reagir ou não.

A presença de fatores que facilitem ou dificultem um comportamento, como oportunidade e ter/não ter recursos necessários, é percebido pelo indivíduo como possuir controle ou falta de controle sobre um objeto. Dessa maneira, se uma pessoa tem a percepção que possui pleno controle diante de uma situação, pode facilitar a decisão por realizar a ação. As crenças a respeito do grau de facilidade/dificuldade em executar um determinado comportamento, demonstram a percepção da possibilidade de realizar uma ação desejada com sucesso ou não (AJZEN, 1991; MOUTINHO; ROAZZI, 2010). Deste modo, a atuação dos construtos da TAP (atitudes, normas subjetivas e controle comportamental) de forma combinada, conduzem à formação das intenções comportamentais (MOUTINHO; ROAZZI, 2010).

Gama e Baldissera (2022) trazem relatos de mulheres vítimas de violência no ambiente acadêmico, diversas situações que geraram reações diferentes dessas mulheres diante da violência dirigida a ela ou conhecimento da violência sofrida por outra mulher, como divulgar o nome e a foto do agressor por meio de rede social online, evitar se envolver com temáticas de violência de gênero, escrever seu relato sobre a violência sexual vivenciada, e até mesmo um caso de suicídio. Portanto, nota-se que a intenção comportamental das mulheres em reagir diante da violência no contexto universitário perpassa por diferentes fatores, evidenciando a importância da adaptação semântica e contextual dos itens, assim como, da existência de uma escala para mensurar as reações das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível alcançar o objetivo de adaptar a escala para a temática violência contra mulher no ambiente acadêmico, na perspectiva da TAP. O estudo descreve o processo de adaptação do instrumento e a busca de validade inicial para a nova escala de mensuração de reação da mulher diante da violência. A discussão evidenciou a necessidade em debater esse tema, a violência contra as mulheres nas universidades é uma violação aos direitos humanos e fenômeno de alcance global.

É fundamental fortalecer o apoio às mulheres vítimas de violência na universidade, os mecanismos para recebimento de denúncias, sua apuração e repressão às violências. Assim, como, desenvolver novos mecanismos que colaborem para o enfrentamento da violência e favoreçam a segurança física e emocional das mulheres, tal como a permanência nesse espaço.

As etapas de análise aqui apresentadas se constituem como um processo necessário para avaliar os itens e verificar a validade semântica. A escala adaptada contribui para implementação e aprimoramento de instrumentos psicológicos nesse contexto e também pode ajudar no combate à violência contra mulher, na medida em que lança luz sobre esse fenômeno. Ressalta-se que o presente estudo possui a limitação de contar apenas com participantes de um mesmo curso de graduação, o que pode apresentar algum impacto na indicação dos ajustes.

Por fim, é importante destacar que a Teoria da Ação Planejada oferece relevantes evidências para explicar e prever comportamentos diversos, em vista disso, considera-se interessante expandir esse estudo para validar estatisticamente o instrumento e aplicá-lo em uma nova pesquisa, que possibilitará compreender as reações das mulheres vítimas de violência no contexto acadêmico.

REFERÊNCIAS

AJZEN, Icek; FISHBEIN, Martin. Attitudes and the attitude-behavior relation: Reasoned and automatic processes. **European review of social psychology**, v. 11, n. 1, p. 1-33, 2000.

AJZEN, I.; FISHBEIN, M. The Influence of Attitudes on Behavior. *In*: ALBARRACÍN, D.; JOHNSON, B. T.; ZANNA, M. P. (eds.). **The handbook of attitudes**. Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 2005. p. 173-221.

AJZEN, I. From intentions to actions: A theory of planned behavior. *In*: KUHL, J.; BECKMANN, J. (org.). **Action Control: From Cognition to Behavior**. Berlin: Springer-Verlag, 1985. p. 11-39.

AJZEN, I. THE THEORY OF PLANNED BEHAVIOR. **ORGANIZATIONAL BEHAVIOR AND HUMAN DECISION PROCESSES**, v. 50, n. 2, p. 179-211, 1991. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/272790646_The_Theory_of_Planned_Behavior.

ALEXANDRE, Neusa Maria Costa; COLUCI, Marina Zambon Orpinelli. Validade de conteúdo nos processos de construção e adaptação de instrumentos de medidas. **Ciencia & saude coletiva**, v. 16, p. 3061-3068, 2011.

ALMEIDA, T. M. C. Violências contra mulheres nos espaços universitários. *In*: STEVENS, C. et al. (org.). **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília: Technopolitik, 2017. p. 384-399. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Mulheres-e-viol%C3%A4ncias-interseccionalidades.pdf>.

ALMEIDA, T. M. C.; ZANELLO, V. VISÕES SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NAS UNIVERSIDADES: uma introdução à problemática no Brasil e na América Latina. *In*: ALMEIDA, T. M. C.; ZANELLO, V. (org.). **Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas**. Brasília: OAB Editora, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/367510336_PANORAMAS_DA_VIOLENCIA_CONTRA_MULHERES_NAS_UNIVERSIDADES_BRASILEIRAS_E_LATINO-AMERICANAS_2.

BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, v. 29, p. 449-469, 2014.

BANDEIRA, L. M. Violência, gênero e poder: múltiplas faces. *In*: STEVENS, C. et al. (org.). **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília: Technopolitik, 2017. p. 14-35. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Mulheres-e-viol%C3%A4ncias-interseccionalidades.pdf>.

BORSA, Juliane Callegaro; DAMÁSIO, Bruno Figueiredo; BANDEIRA, Denise Ruschel. Adaptação e validação de instrumentos psicológicos entre culturas: algumas considerações. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 22, p. 423-432, 2012.

BORSA, J. C.; SEIZE, M. M. Construção e adaptação de instrumentos psicológicos: Dois caminhos possíveis. *In*: Damasio, B.; Borsa, J. C. (Org.). **Manual de desenvolvimento de instrumentos psicológicos**. São Paulo: Vetor, p. 15-38, 2017.

CORRADI, C. Violence, identité et pouvoir. Pour une sociologie de la violence dans le contexte de la modernité. **Socio-logos. Revue de l'association française de sociologie**, n. 4, 2009.

CRUZ, E. F. et al. Don't Stay Silent: Network of Female Professors against Gender Violence at University of São Paulo (USP). **Annual Review of Critical Psychology**, v. 15, p. 223-245, 2018.

DEEKE, L. P. et al. A dinâmica da violência doméstica: uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro. **Saúde e sociedade**, v. 18, p. 248-258, 2009.

FERNANDES, Sheyla et al. A reação das vítimas ao cyber-hate no Facebook: Contribuições da Teoria da Ação Planejada. **New Trends in Qualitative Research**, v. 9, p. 278-285, 2021.

FISHBEIN, Martin; AJZEN, Icek. **Predicting and changing behavior: The reasoned action approach**. Taylor & Francis, 2011.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; PLUYE, Pierre; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Métodos de pesquisa mistos e revisões de literatura mistas: conceitos, construção e critérios de avaliação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 8, n. 2, p. 4-24, 2017.

GAMA, F.; BALDISSERA, M. VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES EM UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: escrachos, denúncias e mediações*. *In*: AMEIDA, T. M. C.; ZANELLO, V. (org.). **Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas**. Brasília: OAB Editora, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/367510336_PANORAMAS_DA_VIOLENCIA_CONTRA_MULHERES_NAS_UNIVERSIDADES_BRASILEIRAS_E_LATINO-AMERICANAS_2.

GUDMUNDSSON, Einar. Guidelines for translating and adapting psychological instruments. **Nordic Psychology**, v. 61, n. 2, p. 29-45, 2009.

INSTITUTO AVON/DATA POPULAR. **Violência contra a mulher no ambiente universitário**. São Paulo: Instituto Avon, 2015.

LIMA, M. M. C.; CEIA, E. M. VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS UNIVERSIDADES: um panorama internacional do problema. *In*: AMEIDA, T. M. C.; ZANELLO, V. (org.). **Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas**. Brasília: OAB Editora, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/367510336_PANORAMAS_DA_VIOLENCIA_CONTRA_MULHERES_NAS_UNIVERSIDADES_BRASILEIRAS_E_LATINO-AMERICANAS_2.

MINEIRO, Márcia; SILVA, Mara A.; FERREIRA, Lúcia Gracia. Pesquisa qualitativa e quantitativa: imbricação de múltiplos e complexos fatores das abordagens investigativas. 2022.

MINGO, A. “Juntas nos quitamos el miedo”. Estudiantes feministas contra la violencia sexista. **Revista iberoamericana de educación superior**, v. 11, n. 31, p. 3-23, 2020.

MOUTINHO, Karina; ROAZZI, Antonio. As teorias da ação racional e da ação planejada: relações entre intenções e comportamentos. **Avaliação psicológica**, v. 9, n. 2, p. 279-287, 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **World Report on Violence and Health**, Genebra, 2002. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude/>. Acesso em: 26 mar. 2023.

PACICO, J. C. Como é feito um teste? Produção de itens. *In*: HUTZ, C. S.; BANDEIRA, D. R.; TRENTINI, C. M. **Psicometria**. Artmed, p. 55-70, 2015.

PASQUALI, L. Princípios de elaboração de escalas psicológicas. **Rev. psiquiatr. clín. (São Paulo)**, v.25, n. 5, p. 206-13, 1998.

SILVA, G. C. R. F. O método científico na psicologia: abordagem qualitativa e quantitativa. **Psicologia.pt**, 2010. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0539.pdf>.

ZANELLO, V.; RICHWIN, I. F. ASSÉDIO SEXUAL NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: uma análise sociogenderada das emoções e das subjetividades na transferência entre alunas assediadas e professores assediadores. *In*: AMEIDA, T. M. C.; ZANELLO, V. (org.). **Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas**. Brasília: OAB Editora, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/367510336_PANORAMAS_DA_VIOLENCIA_CONTRA_MULHERES_NAS_UNIVERSIDADES_BRASILEIRAS_E_LATINO-AMERICANAS_2.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Escala de Reação da Mulher Vítima de Violência no Ambiente Acadêmico

Instruções: Cada assertiva se refere à violência contra a mulher no ambiente universitário, que pode ocorrer no espaço físico da universidade/faculdade, como a sala de aula ou pelo campus, e nas redes sociais online, como mensagens em grupos de trabalhos, e-mails, comentários ou fotos enviadas, entre outros. As respostas variam de 1 a 5, sendo "1" discordo totalmente com a questão e "5" concordo totalmente com a questão. Por favor, ao marcar a opção em cada afirmativa, considere o espaço acadêmico. Não tem resposta certa ou errada, o importante é sua opinião.

1	2	3	4	5
Discordo Totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Totalmente

1 - Eu acredito que responder a comentários com conteúdo de violência contra a mulher nas redes sociais, utilizadas para comunicação no ambiente acadêmico, é uma forma de amplificar e dar visibilidade ao conteúdo violento.
2 - Para mim, quando reagimos à violência contra as mulheres no ambiente acadêmico através das redes sociais, estamos destacando a importância de desenvolver políticas públicas eficazes para combater a violência contra a mulher nesse contexto específico.
3 - Penso que reagir à violência contra a mulher no ambiente universitário possibilita que o/a agressor/a seja punido/a, impedindo que ele/a continue violentando outras mulheres.
4 - Considero vantajoso retribuir de volta comentários violentos contra a mulher no ambiente acadêmico.
5 - Me sinto melhor quando reajo à violência dirigida a mim por ser mulher no ambiente universitário.
6 - Sinto que quando reajo à violência dirigida a mim por ser mulher no espaço acadêmico, me desgasto emocionalmente.
7 - Eu acho que reagir à violência contra a mulher no ambiente universitário aumenta os níveis de ansiedade e estresse.
8 - Eu acredito que reagir à violência contra a mulher na universidade só gera mais ódio nesse ambiente.
9 - Para mim, uma desvantagem em reagir à violência contra a mulher na universidade é porque causa estresse.
10 - Para mim reagir à violência contra a mulher no ambiente universitário é perder as boas maneiras.
11 - Acredito que não preciso da aprovação de ninguém para reagir à violência contra a mulher no ambiente universitário.
12 - Penso que a maioria das pessoas próximas a mim aprovariam que eu reagisse à violência contra a mulher na universidade.

13 - Acredito que meus/minhas colegas da universidade aprovariam que eu reagisse à violência contra a mulher no ambiente acadêmico.
14 - Acho que meus familiares aprovariam que eu reagisse à violência contra a mulher no espaço universitário.
15 - Penso que minhas/meus amigas/os próximas/os teriam a mesma opinião que eu em reagir à violência contra a mulher no ambiente acadêmico.
16 - Não me importaria se pessoas próximas a mim desaprovassem minhas reações à violência contra a mulher no ambiente acadêmico.
17 - Penso que reagir à violência contra a mulher na universidade não seria algo que meus familiares aprovariam.
18 - Acredito que se eu reagir de forma agressiva à violência contra a mulher no espaço universitário, algumas pessoas podem desaprovar esse comportamento.
19 – Acredito que pessoas próximas a mim não aprovariam se eu reagisse a violência dirigida contra outra mulher no espaço universitário.
20 – Penso que as pessoas próximas a mim não aprovariam minha reação à violência sofrida por ser mulher na universidade.
21 - Acredito que se o comentário violento for direcionado a um grupo de mulheres ou a uma mulher específica no ambiente acadêmico, é mais fácil reagir.
22 - Penso que a forma como as violências contra a mulher no espaço universitário são expostas, facilita expressar reação.
23 - Para mim, ter conhecimento sobre os direitos das mulheres facilita expressar reações contra a violência sofrida por ser mulher no espaço universitário.
24 - Muitos comentários violentos dirigidos a mim, por ser mulher, no ambiente universitário, acabam facilitando minha expressão de reação.
25 - Acho que a emoção que sinto no momento facilita que eu reaja à violência contra a mulher na universidade.
26 - O alto desgaste emocional que experimento dificultaria minha capacidade de reagir à violência contra mulheres no ambiente universitário.
27 - Para mim, não ter argumentos sólidos dificulta minha expressão de reação à violência contra a mulher no ambiente acadêmico.
28 - Penso que o cargo que o/a agressor/a ocupa na universidade dificulta reagir à violência contra a mulher no espaço universitário.
29 - Acredito que se achar incapaz de reagir à violência sofrida por ser mulher na universidade, dificulta a realização da reação.
30 - Acredito que não ter conhecimento sobre como se defender contra violência sofrida, por ser mulher, no ambiente universitário dificulta a reação à violência nesse espaço.
31 - Acho que ter medo das consequências dificulta qualquer expressão de reação à violência contra a mulher na universidade.
32 - Para mim o autocontrole impede que eu reaja à violência contra a mulher no ambiente acadêmico.

ANEXO

ANEXO A - Escala de resposta ao *cyber-hate* no Facebook

Instruções: As perguntas que seguem se referem a sua opinião sobre como reagir aos discursos de ódio nas redes sociais online. As respostas variam de 1 a 5, sendo "1" discordo totalmente com a questão e "5" concordo totalmente com a questão. Não existem respostas certas ou erradas, o importante é sua opinião.

1	2	3	4	5
Discordo Totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Totalmente

1 - Eu acredito que reagir às ofensas nas redes sociais é dar visibilidade ao conteúdo do comentário.
2 - Para mim, reagir às ofensas nas redes sociais é mostrar a necessidade de construir políticas públicas eficazes no combate a ofensas nesse ambiente.
3 - Penso que reagir às ofensas nas redes sociais, possibilita que a conta da/o agressor/a seja banida, impedindo que ela/e continue ofendendo outras pessoas.
4 - Para mim é uma vantagem retribuir de volta às ofensas nas redes sociais.
5 - Me sinto melhor quando reajo às ofensas nas redes sociais.
6 - Sinto que quando reajo às ofensas nas redes sociais me desgasto emocionalmente.
7 - Eu acho que reagir às ofensas nas redes sociais aumenta os níveis de ansiedade e estresse.
8 - Eu acredito que reagir às ofensas nas redes sociais é dar visibilidade ao conteúdo do comentário.
9 - Para mim, uma desvantagem em reagir às ofensas nas redes sociais é porque causa estresse.
10 - Para mim reagir às ofensas nas redes sociais é perder a postura.
11 - Acredito que não preciso da aprovação de ninguém para reagir às ofensas nas redes sociais.
12 - Penso que a maioria das pessoas próximas a mim aprovariam que eu reagisse às ofensas nas redes sociais.
13 - Acredito que minhas amizades acadêmicas aprovariam que eu reagisse às ofensas nas redes sociais.
14 - Acho que meus familiares e amigos aprovariam que eu reagisse às ofensas nas redes sociais.
15 - Penso que meus amigos próximos teriam a mesma reação que eu em reagir às ofensas nas redes sociais.
16 - Não me importaria se pessoas próximas a mim desaprovassem minhas reações às ofensas nas redes sociais.
17 - Penso que reagir às ofensas nas redes sociais não seria algo que meus familiares de outras gerações aprovariam.

18 - Acredito que se eu reagir de forma agressiva às ofensas nas redes sociais, algumas pessoas podem desaprovar esse comportamento.
19 - Para mim, pessoas próximas desaprovaram se eu me envolvesse nas ofensas.
20 - Provavelmente pessoas próximas desaprovaram minhas reações às ofensas nas redes sociais.
21 - Acredito que se a mensagem ofensiva for direcionada a um grupo ou pessoa específica da rede social, é mais fácil reagir.
22 - Penso que o modo como as ofensas são expostas nas redes sociais facilita expressar reação.
23 - Para mim, ter conhecimento sobre os direitos das pessoas facilita expressar reações às ofensas nas redes sociais.
24 - Muitos comentários ofensivos nas redes sociais, acabam facilitando minha expressão de reação.
25 - Acho que a emoção que sinto no momento facilita com que eu reaja às ofensas nas redes sociais.
26 - Para evitar desgastes emocionais tenho dificuldades em reagir às ofensas nas redes sociais.
27 - Para mim, não ter argumentos sólidos dificulta minha expressão de reação às ofensas nas redes sociais.
28 - Penso que não saber quem está por trás de um perfil de determinada rede social dificulta reagir às ofensas nas redes sociais.
29 - Acredito que se achar incapaz de responder as ofensas, dificulta a realização desse comportamento.
30 - Acredito que não ter conhecimento sobre o tema dificulta em reagir às ofensas nas redes sociais.
31 - Acho que ter medo das consequências dificulta qualquer expressão de reação às ofensas nas redes sociais.
32 - Para mim o autocontrole impede que eu reaja às ofensas nas redes sociais.

Fonte: FERNANDES (2021)